

INFÂNCIAS PLURAIS DO BRASIL

Diversidade na primeira infância: como implementar políticas públicas para o cuidado e desenvolvimento de crianças em povos e comunidades tradicionais



Jaqueline Lima Santos
São Paulo, São Paulo
• Centro de Desenvolvimento Infantil da Faculdade de Medicina da USP (CEDI-FMUSP)

1 Introdução

É importante compreender a composição histórica da sociedade brasileira, a contribuição dos diferentes povos para a formação da nação, a produção das desigualdades, as leis sobre a infância e o papel do Estado na garantia de direitos

Quando o poder público **reconhece, compreende e respeita** essas diferenças, tem subsídios para **garantir direitos a todos os grupos populacionais** de forma igualitária

Esta pesquisa busca demonstrar como os objetivos do **Programa Criança Feliz (PCF)** podem ser alcançados a partir das próprias práticas culturais adotadas pelos grupos atendidos em comunidades **ciganas, indígenas, quilombolas e de terreiros**, compreendendo assim que existem múltiplas formas de potencializar o desenvolvimento das crianças

No Brasil, existem **28 tipos de povos e comunidades tradicionais**¹. Há dificuldades das políticas públicas os alcançarem de forma adequada



Em 2021, o Programa Criança Feliz (PCF) atendeu **1.264.598 famílias** em 2.869 municípios de todas as regiões do país

Mais de 50.000 destas famílias pertencem aos povos ciganos, indígenas, quilombolas e de terreiros?

Aspectos identificados por esse estudo a partir da observação da implementação do PCF in loco e que devem ser considerados no contato com as famílias de comunidades e povos tradicionais:

- **A abordagem do visitador;**
- **A escuta ativa e qualificada;**
- **Uma condução de atividades que reconheça e utilize os elementos e produções locais.**

2 Método da pesquisa

Trabalho etnográfico para compreender o fluxo e dinâmica da vida social coletiva e de cuidado com as crianças

A etnografia foi realizada durante seis meses (2019-2020)

A escolha dos territórios se deu a partir do desafio de trabalhar em **diálogo com as práticas culturais de cada povo/comunidade** na implementação de políticas públicas, como o Programa Criança Feliz, em comunidades e povos tradicionais



Fatores observados



Dinâmica de vida

Convivência com/entre crianças

Cuidado

Rotina, quem cuida das crianças, jogos, brincadeiras, contos e funcionamento do atendimento às crianças (visitas domiciliares do PCF)

Espaços de sociabilidade familiar e infantil

De interação, integração e construção social das famílias e das crianças

3 Resultados da pesquisa

Características comuns aos povos/comunidades estudados e em consonância com a literatura^{3,4}:

- Preservação e compartilhamento das tradições
- Noção ampla de família
- Responsabilidade coletiva pelo cuidado
- Aprendizado pautado na convivência e experimentação cotidianas

Ao considerar essas **práticas, valores e visões de mundo**, políticas públicas como o PCF devem valorizar o **protagonismo local**, dando sentido a suas ações frente aos grupos beneficiários e fortalecendo os resultados dos projetos em andamento

Como fazer isso?

1. Levantar informações já produzidas sobre o contexto de atuação
2. Ouvir as famílias para conhecê-las
3. Reconhecer, valorizar e não questionar aspectos socioculturais dos grupos atendidos
4. Valorizar e elogiar as práticas do contexto que já são realizadas pelas famílias para desenvolver as habilidades e competências das crianças
5. As pessoas que implementam as políticas públicas no atendimento direto às famílias não devem levar ou impor seus valores e práticas socioculturais aos beneficiários
6. Não forçar a realização de atividades
7. Identificar as necessidades das famílias
8. Anotar curiosidades do cotidiano em um caderno de trabalho
9. Revisitar todos os elementos citados acima para replanejar as suas ações



Todo o material etnográfico e a pesquisa bibliográfica e de marcos legais levantados aqui foram transformados pela Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância (SNAPI) em um curso, com linguagem simplificada, sobre atendimento em comunidades e povos tradicionais, com o objetivo de formar profissionais técnicos que atuam no PCF. Disponível em <https://novoead.cidadania.gov.br/admin/selection/infrequest/232982>

4 Recomendações para a gestão pública

Recomendações baseadas em evidências:

Como implementar políticas públicas em povos e comunidades tradicionais?



Compreender que a terra e o território são espaços importantes para os ciclos de vida de cada comunidade



Identificar e romper um ciclo de práticas que ignoram as produções e o protagonismo dos povos locais



Considerar os aspectos socioculturais de cada grupo na metodologia dos programas sociais



Compreender que políticas públicas têm o papel de garantir direitos sociais e, portanto, não devem interferir nas formas de vida desses grupos



Fazer o atendimento em grupo nos territórios, pois a lógica e a organização costumam ser coletivas



Estabelecer diálogo com instituições que atuam com os segmentos, como FUNAI, secretarias e coordenadorias de igualdade racial e direitos humanos, entre outros, para obter suporte especializado e apoio técnico de acessar os territórios



Entender que as visitas domiciliares não seguirão um padrão, dada as especificidades das famílias

5 Créditos

SOBRE A PESQUISADORA

Jaqueline Lima Santos
Pesquisadora do Centro de Desenvolvimento Infantil da Faculdade de Medicina da USP (CEDI-FMUSP)

SOBRE A PESQUISA

Diversidade na primeira infância: como implementar políticas públicas para o cuidado e desenvolvimento de crianças em povos e comunidades tradicionais

Financiadores
Esta pesquisa foi financiada pela UNESCO no Brasil e apoiada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, Governo Federal, instituições para as quais declaramos nosso agradecimento.

6 Referências

1. Governo Federal. Cadastrear povo ou comunidade tradicional no banco de dados do Portal Ypadê [Internet]. Acesso em 15 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrear-povo-ou-comunidade-tradicional-no-banco-de-dados-do-portal-ypade> Acesso em: 15 de setembro de 2020.
2. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília. Base de dados da Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2021.
3. SANTILLI, J. Povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas. In: RICARDO, F. (org.). Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: ISA, 2004. p.42-49.
4. THUM, Carmo. Povos e Comunidades Tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, 2017, 162-179.